

Escolas ganham liberdade para criar currículo

CORREIO BRAZILIENSE

Lisandra Paraguassú
Da equipe do Correio

Quem chegar ao ensino médio no ano que vem terá que se preparar para uma surpresa. As velhas e conhecidas disciplinas como português, matemática e química poderão estar com nomes diferentes. O 1º ano, que costumava durar um ano, pode agora ter o nome de módulo e se estender por seis, quatro ou oito meses. A reforma do ensino médio, finalmente finalizada pelo Ministério da Educação, muda tudo. Entre outras coisas, a liberdade das escolas em reagrupar conteúdos e formar novas matérias.

Aparentemente uma confusão; mas saudável. A assinatura do decreto que institui a reforma foi a sentença de liberdade das escolas. Cada uma delas terá o direito de fazer o seu plano pedagógico, adequado às necessidades da sua região e do seu público. É o fim dos currículos que eram ditados pelo Ministério da Educação (MEC) a todas as escolas do país.

A nova organização do 2º grau define que cada escola oferecerá além da base nacional comum — que representa 75% da carga horária —, onde será ensinado o que todo estudante tem que saber: matemática, português, geografia, química etc. O restante será

definido pelo projeto da escola. (?)

“A parte diferenciada poderá ser uma maneira de aprofundar alguma das áreas de conhecimento da base nacional”, afirma Rui Berger, secretário do Ensino Médio do MEC. Com isso, uma escola pode ter um perfil, por exemplo, de preparação para a área de ciências ou de humanas. Poderá acrescentar mais períodos de biologia ou história; de acordo com as necessidades de seus alunos. Ou poderá ter mais de um perfil, que o interesse dos alunos definirá.

As séries também poderão estar com os dias contados. Os colégios poderão adotar sistemas de ciclos ou módulos, que não necessariamente significarão um ano escolar fechado. Com isso, poderão alterar a ordem dos conteúdos de cada matéria. “O que importa é as competências finais que devem ser desenvolvidas no aluno. A ordem dos conteúdos fica a cargo das escolas”, explica Guiomar Namó Mello, relatora do projeto no Conselho Nacional de Educação.

FORMAÇÃO

A previsão do MEC é que as alterações mexam não só com as escolas, mas também com a formação de professores, métodos de avaliação, de ingresso no ensino superior e até mesmo com os livros

CARGA HORÁRIA

O ensino médio passa a ter, no mínimo, 2.400 horas-aula obrigatórias, como um mínimo de três anos de curso, e 800 horas em cada ano.

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A escola terá uma base nacional comum, que ocupará 75% da carga horária, e 25% da chamada parte diversificada.

A Base Nacional será dividida em três grandes áreas:

■ **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:** engloba toda a área de linguagem, como português, línguas estrangeiras, informática, artes, atividades físicas, mas pode incluir também outras disciplinas que a escola considerar importante

■ **Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias:** física, química, matemática, biologia, etc.

■ **Ciências Humanas e suas Tecnologias:** sociedade e cultura, inclui as diversas áreas da história, geografia, antropologia, psicologia, direito, filosofia e sociologia. A Parte Diversificada será ligada à base comum, mas poderá ser definida pela própria escola de acordo com as necessidades da região; tanto sociais como econômicas ou culturais, ou segundo as preferências dos alunos, que poderão optar por uma escola que dê mais ênfase às áreas mais ligadas a seu futuro profissional

SEM DECOREBA

O projeto pedagógico deverá seguir dois princípios básicos:

■ **Contextualização:** significa que os

conteúdos terão que ser sempre relacionados com a realidade do aluno

■ **Interdisciplinaridade:** as matérias terão que ser relacionadas entre si, tanto no ensino quanto na hora da avaliação

PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

Não existe mais o ensino técnico de 2º grau. Quem quiser fazer um curso profissionalizante terá que cursar a escola comum e, ao mesmo tempo ou depois de concluí-lo, fazer um curso técnico.

Na parte diversificada as escolas poderão dar mais ênfase a determinadas matérias como forma de preparar para o ensino superior — por exemplo, mais biologia e química para quem quer fazer ciências médicas, mais português e história para os que querem algo na área

de humanas. Isso não será considerado, no entanto, ensino profissionalizante.

SÉRIES

A escola poderá se organizar em séries, como é hoje, mas também poderá adotar ciclos — sistema em que o aluno progride de acordo com o ritmo de seu aprendizado — ou módulos, em que o ensino é dado por grupos de assuntos relacionados, nas diversas disciplinas

AValiação

A forma de avaliação será definida em cada escola. Poderá ser um sistema de notas ou conceitos, com provas ou trabalhos. Mas o MEC quer um método mais integrada, em que se possa, por exemplo, em uma prova de história analisar também português, análise de texto, etc.

didáticos. “Minha previsão é de que não haverá mais livros por séries, mas por matérias, para todo o ensino médio”, diz Rui Berger.

As editoras de livros didáticos já começam a se preparar para a mudança. Em uma reunião no ministério, foi feita a previsão de que os novos livros estarão nas ruas em 2001 — dentro do prazo para que as escolas tenham mudado de fato.

As mudanças do 2º grau antigo para o ensino do ano 2000 é um processo lento. A expectativa do ministério é que as escolas que comecem a se preparar agora estejam implantando o novo projeto já no início de 1999. Em três anos, a maior parte delas deverá estar funcionando no novo modelo. “Acredito que em cinco anos a mudança deva estar totalmente

consolidada”, afirma Berger.

Para ajudar principalmente as escolas estaduais e municipais a mudarem sua estrutura, o MEC vai investir no ensino médio — considerado dentro do próprio ministério o setor mais problemático da educação no país. São US\$ 5 bilhões a serem investidos nos próximos cinco anos em capacitação de professores, melhoria de infra-estrutura

— como compra de material e equipamentos — e para estabelecer um sistema de avaliação.

A metade do dinheiro vem de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que o governo federal pagará. O restante terá que ser acrescentado pelos estados que quiserem o dinheiro para investir nas escolas, como contrapartida.